

**PORTUGUÊS PARA TODES: PERCEPÇÕES DE
PROFISSIONAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE O
USO DE LINGUAGEM INCLUSIVA**



DOI: 10.56515/PLJ562476683

Cristiane Soares¹

Harvard University

Gláucia Silva²

University of Massachusetts Dartmouth

Resumo: Os debates sobre o uso de formas não binárias incluem a possibilidade ou não de alterar regras existentes ou adicionar novas formas ao conjunto de normas da língua que viabilizam a expressão de identidades e a possibilidade de existências. No entanto, o uso de formas não binárias é visto por muitas pessoas como algo que transgride a norma culta ou modifica a língua como um todo, apesar de as línguas vivas passarem por constantes mudanças. A sala de aula de língua pode ou fomentar ou impossibilitar a expressão de identidades que escapam a sistemas rígidos, dependendo da visão de quem leciona. Este artigo discorre a respeito da visão de profissionais de língua portuguesa sobre o possível uso de linguagem inclusiva em sala de aula. Os dados obtidos através da aplicação de um questionário anônimo revelam a familiaridade de profissionais de língua portuguesa (n=55) com questões relacionadas à não binariedade, bem como dificuldades e preocupações em relação à implementação de linguagem inclusiva em aula. Os resultados indicam que a maioria das pessoas que participaram da pesquisa já tinham ouvido falar sobre linguagem neutra/não binária (93%) e conheciam pessoa não binária (74,5%). A maior parte do grupo (72%) concordava com o acréscimo de formas não binárias ao português, mas um número menor se disse confortável com o seu uso em geral (64%) e em materiais didáticos (57%). Dentre as preocupações expressas por profissionais, destaca-se a necessidade de desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: Linguagem inclusiva. Linguagem não binária. Percepção de docentes. Ensino de português.

Abstract: Debates about the use of non-binary forms include the possibility (or lack thereof) of adding new forms to the language that enable the expression of identities and legitimize lived realities. However, the use of non-binary forms is seen by many as something that contravenes

¹ Cristiane Soares (Ela/dela) é diretora do programa de língua portuguesa na Harvard University onde também ensina cursos de língua e cultura brasileira. Ela tem Ph.D. em Estudos e Teoria Luso-Afro-Brasileira (UMass Dartmouth), mestrado em Linguística Aplicada (UMass Boston) e bacharelado em Literaturas de Portuguesa Portuguesa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Cristiane tem mais de quinze anos de experiência no ensino de português como língua estrangeira e de herança nos Estados Unidos e ministra cursos de língua portuguesa e cultura brasileira em todos os níveis. Sua pesquisa atual centra-se no ensino e aprendizado de português como língua adicional e no uso de linguagem inclusiva em português. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7918-8290>

² Gláucia Silva recebeu seu BA da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e seu M.A. (em Linguística) e Ph.D. (em Linguística Hispânica) da Universidade de Iowa. Ela é professora do Departamento de Português, onde coordena o Programa de Língua Portuguesa e supervisiona os Auxiliares de Ensino. Além de cursos de idiomas, a Prof. Silva também ministra cursos de Linguística e Metodologia de Ensino. A pesquisa atual da Prof. Silva se concentra no ensino e aprendizagem do Português como idioma de herança. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1613-0382>

linguistic norms or that alters the language as a whole, in spite of the fact that living languages change constantly. Depending on the views of the teacher, the language classroom may either promote or prohibit the expression of identities that escape rigid systems. This paper discusses the perceptions of Portuguese language educators regarding the possible use of inclusive language in the classroom. Data collected by means of an anonymous survey reveal participants' (n=55) familiarity with non-binary issues, as well as difficulties and concerns related to using inclusive language in the classroom. Results show that many participants had already heard about neutral/non-binary language (93%) and knew someone who identified as non-binary (74.5%). Most participants (72%) agreed with the addition of non-binary forms to the Portuguese language, but a smaller group (64%) said they were comfortable with the use of those forms in general, and even fewer participants (57%) felt those forms should be used in teaching materials. Among the concerns expressed by participants is the need for professional development opportunities.

Keywords: Inclusive language. Non-binary language. Instructors' perceptions. Portuguese language teaching.

1. Introdução

Neste artigo apresentamos a visão de profissionais de língua portuguesa sobre o possível uso de linguagem inclusiva em sala de aula. Antes de delimitarmos nosso recorte teórico e discutirmos os dados da nossa pesquisa, tecemos algumas reflexões sobre estudos em diversas áreas que têm refletido sobre a proposta de uma linguagem mais inclusiva em português.

Muitos dos debates em torno do uso de formas não binárias, em português ou qualquer outra língua, passam pela discussão sobre a possibilidade ou não de alterar regras existentes ou adicionar novas formas ao conjunto de normas da língua. Se, por um lado, as regras linguísticas naturais permitem a comunicação, por outro não se deve analisar questões referentes ao gênero no vácuo, conforme afirma Sírio Possenti (2022). Possenti diz que muitas análises linguísticas referentes a gênero têm sido consideradas estruturalistas “por não levarem em conta valores e conotações que as formas linguísticas adquirem ao longo da história, como as conotações machistas (e as racistas)” e esclarece que as atuais proposições do uso da linguagem inclusiva apresentam uma “questão ‘nova’ [que] diz respeito a uma intervenção voluntária, a uma decisão política para produzir adaptações ou mudanças com objetivos definidos, como evitar discriminação, por exemplo” (Possenti, 2022, p. 32). Da mesma forma, Borba (2015), discorrendo sobre o papel da linguística *queer*, reitera que a linguagem é “engrenagem pela qual ideologias circulam; é palco sobre o qual práticas sociais são produzidas; e é o meio pelo qual as identidades são construídas” (Borba, 2015, p. 101).

Assim, além de considerar questões associadas ao sistema normativo, reconhece-se que através da língua viabilizamos (ou não) a expressão de identidades, a construção e reconstrução constante de significados e a possibilidade (ou não) de existências. Djamila Ribeiro (2017), no livro *O que é lugar de fala?*, afirma que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (p. 64) e esclarece que “as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade” (p. 67). Entendemos assim que, através da língua, questões individuais e coletivas se manifestam, estruturando e reestruturando constantemente nossas concepções e entendimento do mundo. Este é um dos motivos pelos quais as línguas vivas mudam. Mas, apesar de as mudanças linguísticas serem um fato, nem sempre são bem recebidas. Silva e Sousa (2017) destacam as influências mútuas entre língua e sociedade e traçam uma equivalência entre a mudança linguística e o movimento de classe: quando uma mudança na língua é originada

por um grupo que possui pouca força social, os grupos socialmente mais fortes tendem a resistir à mudança.

A proposta de inserção de formas inclusivas na linguagem tem encontrado resistência, como no caso do uso dos pronomes não binários *ile/elu* e o uso da terminação *-e* (por exemplo, *alunes*) em português. Embora questões linguísticas e de normatividade não sejam os únicos argumentos apresentados contra tal proposta, há quem se oponha à incorporação de formas inclusivas ou não binárias argumentando exatamente que o uso dessas formas incidiria na transgressão da norma culta ou na modificação da língua como um todo. No Brasil, a partir de 2020, dezenas de projetos de lei foram propostos em vários estados e no Distrito Federal com intuito de impedir o uso da linguagem inclusiva. Barbosa Filho (2022), após analisar seis deles, afirma que “esses projetos de lei (...) não estão efetivamente preocupados com a ‘língua’(...) Trata-se de uma questão político-ideológica que desemboca em uma política de língua” (p. 157).

Embora os debates e embates persistam, concordamos com Nemi Neto (2018, p. 4) quando afirma que “investir na negociação de uma linguagem adequada para autoexpressão e identidade continua sendo uma ferramenta indispensável para promover visibilidade e entendimento, na política (...) tanto quanto na sala de aula” (nossa tradução). Nemi Neto sugere, ainda, que principalmente no caso do ensino de línguas estrangeiras, o significado social e gramatical de gênero deveria ser discutido em sala de aula tendo em mente a sensibilidade teórica da teoria *queer* e da pedagogia *queer*.

Como vemos, estudos em diversas áreas têm muito a oferecer a essa discussão. Questões complexas demandam olhares múltiplos e diversificados. No entanto, embora valorizemos todas essas contribuições, nosso estudo se insere no campo da linguística aplicada e, portanto, apresenta um recorte teórico focado nesse escopo. Como mencionado anteriormente, apresentamos aqui os resultados de uma pesquisa que investigou a visão de profissionais de língua portuguesa sobre o possível uso de linguagem inclusiva em sala de aula. Abordamos inicialmente estudos que discutem o uso das línguas, inclusive do português. Posteriormente, discorremos sobre estudos relacionados ao ensino/aprendizado de linguagem não binária. Passamos depois à descrição e análise dos dados obtidos na pesquisa, e encerramos com implicações e sugestões para práticas inclusivas na aula de português. Notamos que, enquanto há textos que estabelecem diferenças entre os termos “linguagem neutra”, “linguagem não binária” e “linguagem inclusiva” (p. ex., Almeida, 2020), em outros textos estes termos são intercambiáveis (p. ex., Cavalcante, 2022). Neste artigo optamos por não estabelecer diferenças entre os termos.

2. Gênero gramatical e linguagem inclusiva

Nas línguas indo-europeias é relativamente comum a distinção de gênero, que pode ser somente semântica, como acontece na língua inglesa, ou semântica e morfológica, como no caso das línguas neolatinas. A distinção de gênero semântica e morfológica é conhecida como gênero gramatical e está presente principalmente em línguas indo-europeias, afro-asiáticas e nigero-congolesas (Corbett, 2013). Em várias dessas línguas, o gênero é baseado em sexo; algumas vezes inclui apenas masculino e feminino, e em outras inclui também o gênero neutro. No caso das línguas neolatinas, os gêneros masculino e neutro do latim convergiram em masculino, o que leva à argumentação que o masculino nessas línguas é a forma não marcada (Câmara Jr., 1970; Li e Flores, 2019). A suposta não marcação da forma masculina está ligada à ideia de tais formas serem consideradas genéricas (Schwindt, 2020). Carvalho (2020) sublinha a não universalidade dos processos de gramaticalização que ocorrem nas diferentes línguas, que são derivados das diferentes relações entre como as pessoas experimentam eventos e os expressam linguisticamente. Carvalho

destaca ainda a filosofia de Johann Herder e de Joseph Priestley, que relacionavam o gênero gramatical a uma visão animista do mundo: as pessoas teriam tentado entender o seu mundo a partir de associações a homens e mulheres. Ao longo do desenvolvimento das línguas, essa associação pode ter surtido efeitos desfavoráveis a certos grupos de pessoas: Prewitt-Freilino et al. (2012) revelam que países que utilizam línguas com gênero gramatical demonstram menos igualdade de gênero na sociedade do que países que utilizam línguas sem esse tipo de marcação. Na mesma linha, DeFranza et al. (2020) concluem, depois de examinar corpora de 45 línguas diferentes, que ocorre mais preconceito contra mulheres em corpora de línguas que têm gênero gramatical do que nos de línguas que não contêm esse dispositivo. Porém, mesmo línguas que não possuem gênero gramatical, como o finlandês, podem incluir termos neutros que conotam uma tendência para o masculino (Prewitt-Freilino et al., 2012). Estes estudos levantam questionamentos em relação à ideia do masculino como genérico ou forma não marcada.

A língua é um emblema de identidade (Okan, 2019) e, em princípio, deve incluir todos os indivíduos que a usam. Vergoosen et al. (2020) analisaram argumentos contra o pronome neutro e estabeleceram quatro categorias abrangentes que captam as crenças por trás das críticas à linguagem inclusiva. Vergoosen et al. (2020) propõem que essas categorias sejam levadas em consideração ao se tentar implementar uma linguagem inclusiva em relação a gênero. Em uma análise de sistemas não binários disponíveis em blogs em língua portuguesa, De Tilio e Vieira (2021) destacam o papel da linguagem como ferramenta de questionamento de práticas sexistas e de inclusão de pessoas que pertencem a minorias sexuais, de gênero e de orientações sexuais.

Segundo Hord (2016), o êxito da linguagem neutra pode depender do sistema gramatical. Para Hord, as línguas que têm gênero gramatical são menos maleáveis, o que causa impacto na experiência de pessoas não binárias que falam essas línguas. Porém, Ghomeshi (2010, em Hord, 2016) defende que a gramática se baseia em tradições e não em regras inflexíveis. Seria possível, portanto, flexibilizar pelo menos alguns aspectos gramaticais.

As possibilidades da gramática da língua portuguesa são discutidas por Auxland (2020) e por Schwindt (2020). Tanto Schwindt como Auxland mencionam algumas opções de linguagem abrangente, como o uso do masculino e do feminino (p. ex., “todos e todas”, “alunos e alunas”) e o uso de x ou de @ no final de uma palavra (p. ex., “alun@”). Essas alternativas, porém, não chegam a ser verdadeiramente inclusivas, pois não contemplam a não binariedade. Além disso, há outras dificuldades em relação a essas opções. No caso do uso da forma masculina e feminina lado a lado, Schwindt (2020) menciona que esse tipo de construção pode não atender a princípios de economia, especialmente na fala. Apesar de x e @ serem opções neutras, encontram barreiras em relação à pronúncia das formas e a leitores automáticos, o que prejudica pessoas com deficiência de visão. Entre outras expectativas quanto a um possível gênero neutro em português, Auxland (2020) menciona que a forma desse gênero deve funcionar tanto na língua escrita como na língua falada. Schwindt (2020) explica que morfemas, fonemas e condições de estrutura silábica podem ser mais resistentes a mudanças, mas não são impermeáveis. Assim como Auxland, Schwindt defende que é necessário haver clareza coletiva para que se possa adotar uma nova forma. Auxland (2020) e Schwindt (2020) chegam a uma conclusão semelhante: um sistema que use o morfema -e como neutro (p. ex., “alune”) e que adote pronomes que possam ser facilmente pronunciáveis e compreendidos (p. ex., “ile” ou “elu”) tem o potencial de cumprir os requisitos para ser usado como sistema não binário.

3. Ensino e aprendizado de linguagem não binária

Um sistema de gênero não binário pode exigir aprendizagem formal mesmo por falantes de língua nativa (Schwindt, 2020). Para Annamalai e Skutnabb-Kangas (2020), a educação é o meio indispensável para que se leve a cabo a justiça social. Okan (2019) explica que os princípios essenciais da justiça social são eliminar a iniquidade e promover a diversidade; portanto, a inclusão de pessoas não binárias nas aulas pode requerer que se ensine um sistema que as integre, para que não sejam marginalizadas. Enke (2016) alega que o uso do gênero equivocado de alguém cria barreiras educacionais para aquela pessoa, e que a criação e o aprendizado de uma nova linguagem exigem trabalho, prática e coragem.

Referindo-se ao ensino de línguas estrangeiras, Randolph e Johnson (2017) argumentam que a educação voltada para a justiça social é compatível com o ensino de línguas e que o ensino/aprendizado de línguas é o contexto ideal para a criação de espaços transformativos no estudo de culturas e comunidades. Esses espaços permitem que as pessoas adotem novas normas, inclusive construtos relativos a gênero e sexualidade (Cahnmann-Taylor e Coda, 2018). Porém, Randolph e Johnson (2017) alertam para o fato de essa pedagogia requerer intencionalidade, pois demanda a desconstrução de estruturas de poder existentes e a sua influência no desenvolvimento do currículo. Thomas-Reid (2018, em Arimori, 2020) nota que a pedagogia *queer* procura romper a heteronormatividade e o sexismo camuflados nos currículos, bem como desenvolver experiências positivas para participantes que se identificam como *queer*.

Um exemplo de heteronormatividade apontado por Arimori (2020) são personagens de livros didáticos de línguas estrangeiras (especificamente o japonês, mas é fácil imaginar o mesmo em materiais para outras línguas). Não é incomum que essas personagens apresentem diversidade de nacionalidade, etnia e habilidade física, mas é raro encontrar diversidade de gênero nos livros didáticos. Ao analisar quatro livros didáticos usados em aulas de línguas estrangeiras nos Estados Unidos (nomeadamente, português, italiano, francês e espanhol), Nemi Neto (2018) constata que os materiais são heteronormativos, tal como outros disponíveis no mercado.

Cahnmann-Taylor e Coda (2018) chamam a atenção para a falta de desenvolvimento profissional no sentido de desafiar as estruturas linguísticas, que são vistas como estáticas e imutáveis, mesmo que não o sejam, como destaca Schwindt (2020) no caso do português. Peters (2019) defende o uso de gênero não sexista nas aulas de línguas e sugere que o corpo docente utilize maneiras inclusivas de se dirigir ao alunado, como recomendado pelas Nações Unidas (s.d.). MacNamara et al. (2017) sugerem que o desenvolvimento profissional pode envolver atividades que promovam a empatia, o que pode evitar o desconforto de docentes em relação a tópicos relativos à não conformidade de gênero, atestado por Witcher (2014). O estudo de Witcher (2014), que lida com profissionais na área de inglês como L2, revela ainda que em geral as pessoas que participaram do estudo não tinham receio de ofender o alunado e que muitas pessoas consideravam que tópicos relativos a gênero eram irrelevantes para as suas aulas. Tendo em conta os estudos aqui relatados, bem como as controvérsias existentes sobre a linguagem inclusiva em português (que se veem, por exemplo, em redes sociais), importa considerar as percepções de profissionais do ensino de língua portuguesa sobre a possível adoção de linguagem não binária.

4. Descrição do estudo

Três perguntas de pesquisa orientaram este estudo:

1. Qual é a familiaridade de profissionais de língua portuguesa com não binariedade e linguagem não binária?

2. Quais são as percepções de profissionais de língua portuguesa em relação ao uso de linguagem não binária em sala de aula?
3. Que dificuldades e/ou preocupações são observadas por profissionais em relação à implementação de linguagem não binária em sala de aula?

Utilizamos dados quantitativos para responder às duas primeiras perguntas e dados qualitativos para responder à terceira. Os dados foram obtidos através de um questionário online anônimo (veja-se o Apêndice) distribuído às nossas listas de contato, que totalizavam cerca de 150 pessoas residentes no Brasil, Canadá, Estados Unidos e Portugal. Antes, porém, obteve-se aprovação do Comitê de Ética para a pesquisa (IRB 21.035).

Ao todo, 55 pessoas responderam ao questionário. Destas, 17 (31%) disseram atuar em país de língua oficial portuguesa e uma pessoa (2%) mencionou atuar tanto em país lusófono como em país não lusófono; as restantes (n=37, 67%) afirmaram atuar em países não lusófonos. O gráfico a seguir permite a visualização desses dados.

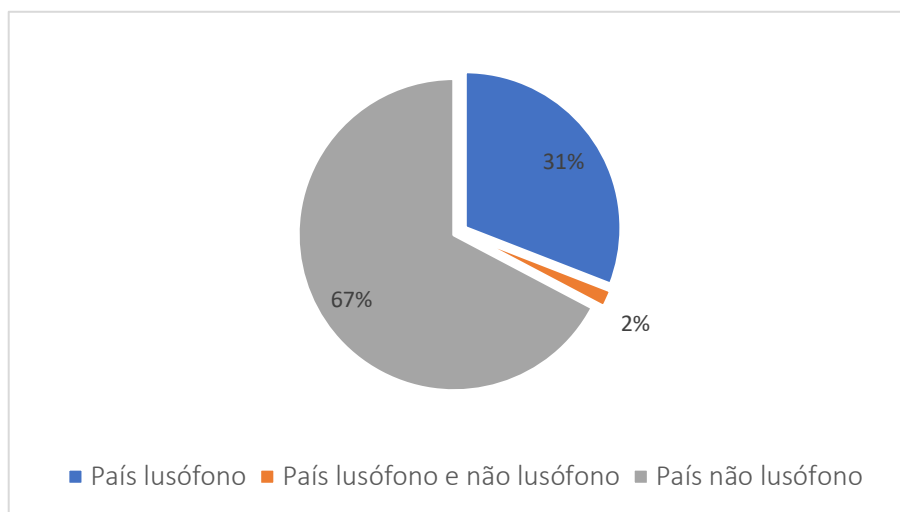


Gráfico 1: Onde atuam

Em relação ao nível de atuação profissional, 10 pessoas relataram lecionar em dois níveis diferentes (por exemplo, ensino fundamental e ensino médio), 3 disseram atuar em três níveis e uma mencionou que atua em quatro níveis distintos (ensino médio, graduação, pós-graduação e escola de português). Trinta e nove pessoas mencionaram apenas um nível de atuação e duas pessoas não marcaram nenhuma das opções, o que sugere que não lecionavam no momento da participação na pesquisa. Obteve-se, assim, 72 respostas de 53 participantes sobre nível em que lecionavam. Das 72 respostas, 3 (4%) indicavam atuação profissional na pré-escola, 7 (10%) no nível fundamental, 20 (28%) no ensino médio, 25 (35%) na graduação, 9 (12%) no nível de pós-graduação, e 8 (11%) em escolas comunitárias que ensinam português. Esses dados podem ser visualizados no gráfico a seguir, que contém as porcentagens das respostas relativas a cada nível.

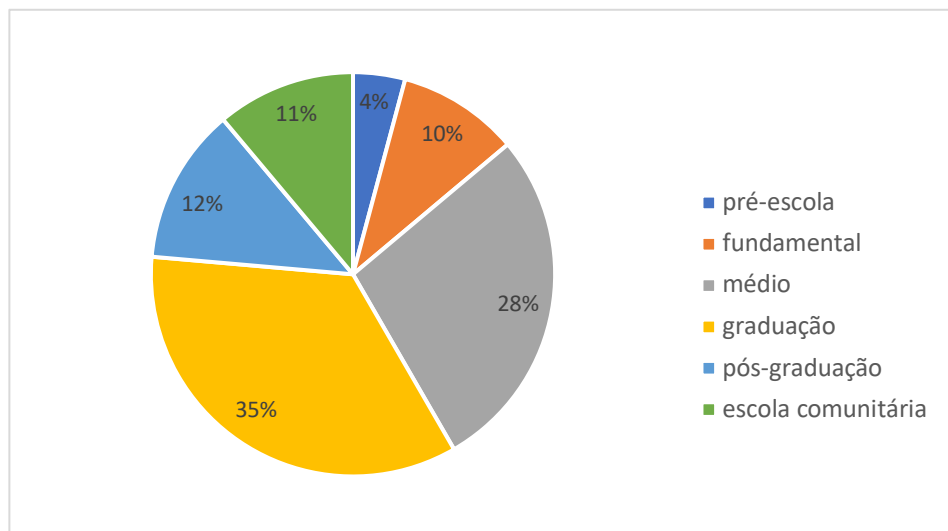


Gráfico 2: Atuação profissional

Além do nível de atuação profissional, perguntou-se também a respeito da escolaridade de quem respondeu ao questionário. Uma pessoa não marcou nenhuma das opções; 4 (7%) disseram ter concluído o ensino médio; 9 (17%), a graduação; 9 (17%) mencionaram ter obtido algum tipo de especialização depois da graduação; 13 (24%) afirmaram ter mestrado; 17 (31%), doutorado; e 2 (4%), pós-doutorado. Esses dados podem ser visualizados no gráfico 3.

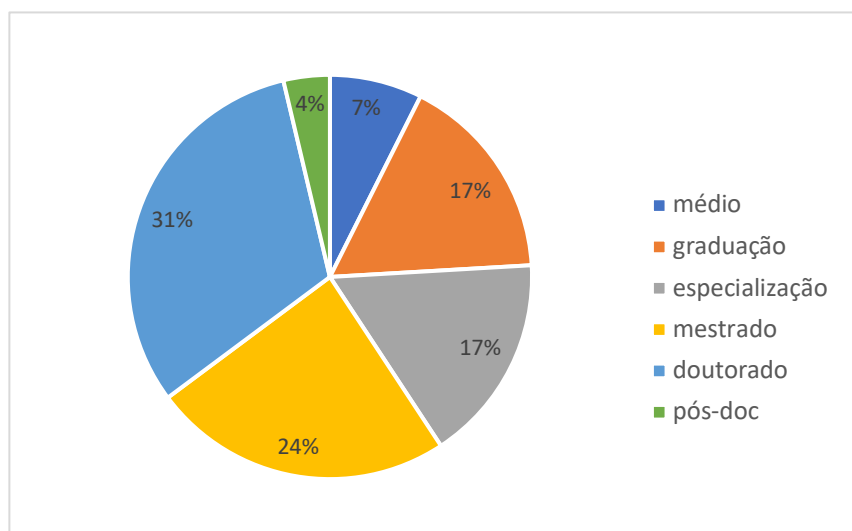


Gráfico 3: Escolaridade de respondentes

Como se pode perceber, a maioria das pessoas que responderam ao questionário leciona na graduação e/ou no ensino médio. Em relação à escolaridade, a maior parte possui mestrado ou doutorado.

5. Familiaridade de profissionais com a não binariedade

Três perguntas no questionário distribuído (Q4, Q5, Q6) buscaram averiguar se as pessoas que participaram do estudo estavam familiarizadas com não binariedade e linguagem não binária. Ao

responder à Q4 (Você já ouviu falar nas expressões “linguagem neutra”, “linguagem não binária” ou “linguagem inclusiva” [em inglês ou em português]?), 93% (n=51) declararam que sim. Em relação ao contexto em que tinham ouvido falar em tal linguagem (Q5), as respostas mais citadas foram: conversa com pessoas amigas e colegas, redes sociais, reportagens (revistas, TV, jornais), artigos, conferências e materiais especializados (manuais) e cursos acadêmicos. Relação profissional (com estudantes), familiar ou de amizade com pessoa não binária, assim como e-mails de trabalho, música, filme ou livro também foram citados, mas com menor ocorrência. Em relação à Q6 (Você conhece alguém que se identifique como pessoa não binária?), 75% (n=41) responderam que sim, enquanto 25% (n= 14) disseram não conhecer ninguém que se identifique assim. Os dados aqui descritos podem ser visualizados no gráfico 4.

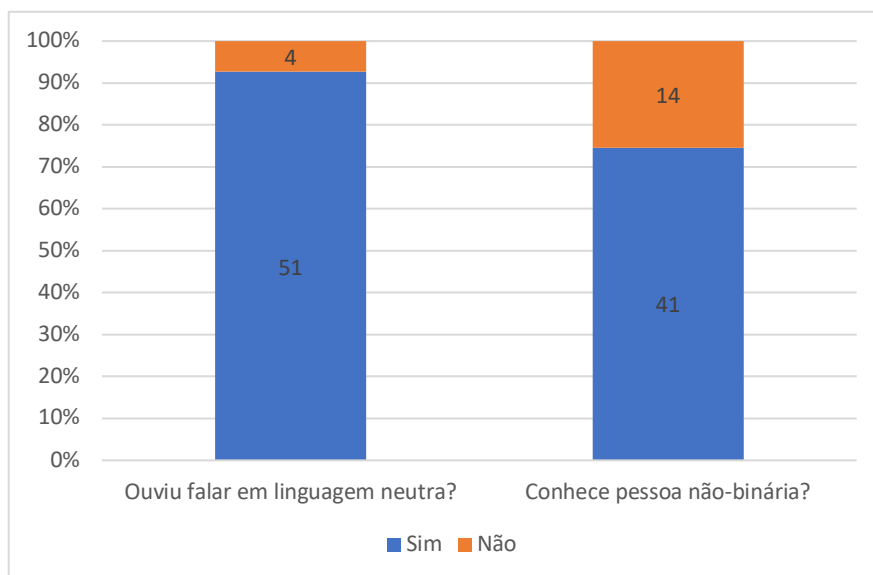


Gráfico 4: Familiaridade com não binariedade

Como as respostas às questões 4, 5 e 6 deixam claro, a maioria das pessoas que participaram não apenas tinha ouvido falar de linguagem neutra/não binária (93%), mas também conhecia pessoa não binária (74,5%). Além disso, observamos em comentários feitos nas questões 8 e 9 que algumas pessoas que participaram desta pesquisa já encontram, no seu exercício profissional ou em relações pessoais, a necessidade de usar linguagem não binária. Essas respostas são discutidas em maior profundidade na seção que trata das dificuldades e preocupações expressas por participantes sobre uso de linguagem não binária. Por ora, ressaltamos, respondendo à nossa primeira pergunta de pesquisa, que a maior parte do grupo que respondeu ao questionário tem familiaridade com questões de não binariedade.

6. Percepções de profissionais sobre a implementação de formas não binárias

O questionário distribuído contemplava a incorporação de formas não binárias (p. ex., *ile / elu, mis amigas*) à língua portuguesa (Q7). Setenta e dois por cento (n=39) responderam que concordariam com a incorporações de tais formas à língua, enquanto 28% (n=15) disseram que não concordariam. Uma pessoa não respondeu à pergunta.

Em relação ao uso específico de formas não binárias em sala de aula, 57% (n=31) responderam que se sentiriam à vontade em usar linguagem neutra se tivessem acesso a material elaborado por especialistas em língua portuguesa e estudos de gênero (Q10). Outros 7% (n=4) responderam não estar à vontade para incorporar essa linguagem em sala de aula, e 36% (n=20) responderam que talvez se sentissem à vontade. Por fim, quando perguntamos “Em geral, você concordaria em usar linguagem não binária?” (Q14), 64% (n= 34) responderam que sim, 25% (n=14) marcaram a opção “talvez” e 11% (n=6) disseram que não. O gráfico 5 permite a visualização desses dados.

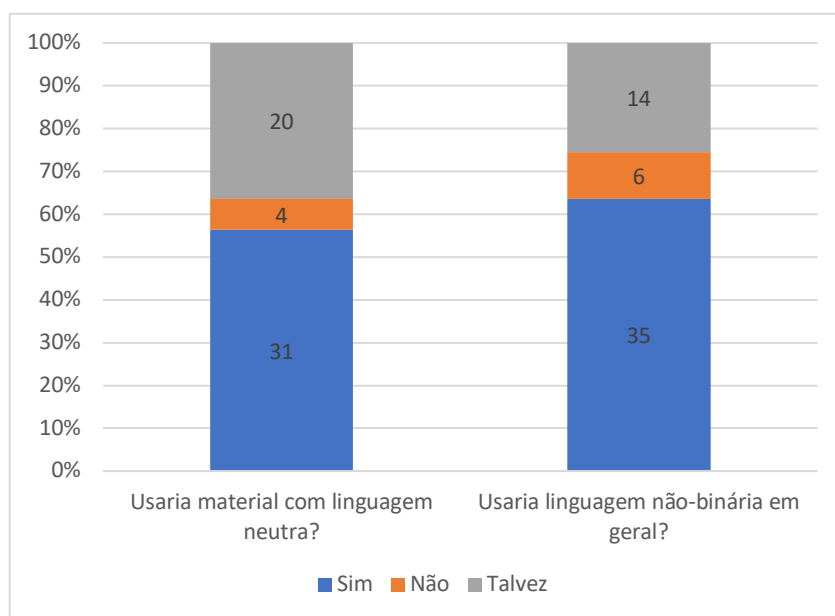


Gráfico 5: Possível uso de linguagem não binária

Os dados evidenciam uma maior aceitação do que rejeição das formas neutras e não binárias, tanto em relação ao acréscimo de novas formas quanto ao uso de tal linguagem em geral e em sala de aula. É importante observar que, apesar de 72% terem dito que concordariam com a incorporação de formas não binárias à língua, um número menor se disse confortável em usar linguagem não binária em geral (64%) ou em utilizar essa linguagem em sala de aula (57%). Fica evidente, portanto, que para certas pessoas ser a favor da incorporação dessas formas à língua não se traduz na sua imediata utilização, especialmente em sala de aula. Essa hesitação talvez se explique quando observamos os comentários feitos sobre as preocupações e dificuldades encontradas por profissionais que participaram da pesquisa; esses comentários são analisados mais adiante, em resposta à nossa terceira pergunta de pesquisa.

Quando interrogadas sobre que alternativas dariam “Se uma pessoa no seu grupo de estudantes se identificasse como pessoa não binária” (Q12), 50 pessoas (91%) optaram pela alternativa B: “Pediria para a pessoa determinar os pronomes e formas gramaticais que gostaria que fossem usados e me referiria a essa pessoa usando as formas indicadas”; três pessoas (5%) escolheram a opção A: “Diria que não existe uma forma neutra reconhecida pela gramática da língua portuguesa e pediria para a pessoa utilizar o gênero masculino ou feminino”; uma pessoa disse que “Faria uma pesquisa on-line e ofereceria opções de uso” (opção C) e uma escolheu “outra opção”. Infelizmente, devido a problemas técnicos na recuperação desta resposta, não temos a sugestão oferecida pela pessoa (se é que houve alguma). O gráfico 6 ilustra as respostas à questão 12.

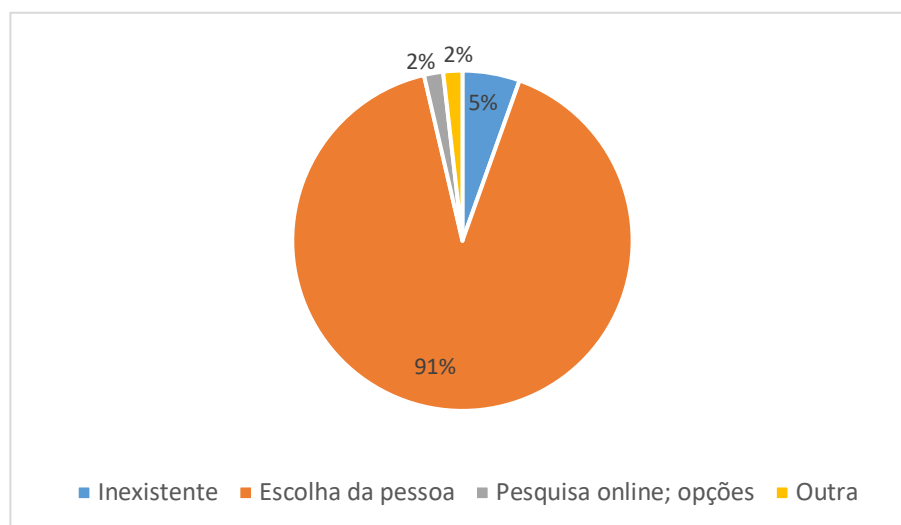


Gráfico 6: Alternativas para pessoa não binária em sala de aula

Os dados apresentados nesta seção permitem responder à nossa segunda pergunta de pesquisa, nomeadamente “Quais são as percepções de profissionais de língua portuguesa em relação ao uso de linguagem não binária em sala de aula?” Vemos que a maior parte do grupo (72%) concordava com o acréscimo de formas não binárias ao português, mas um número menor se disse imediatamente confortável com o seu uso em geral (64%) e em materiais didáticos (57%). Porém, destaca-se que, enquanto 28% não concordavam em adicionar formas não binárias à língua, apenas 7% (n=4) responderam contrariamente ao uso de tais formas em materiais elaborados por especialistas e 11% (n=6) não concordariam em usar a linguagem não binária em geral. Não se pode ignorar o número de participantes que marcaram “talvez” na questão sobre materiais (36%, n=20) e na questão sobre uso de formas não binárias em geral (25%, n=14). Estes resultados revelam que mesmo pessoas que, a priori, se posicionam contra a adição de formas neutras ou não binárias à língua podem estar abertas ao uso de formas como essas na sala de aula e mesmo em outros contextos.

7. Dificuldades e/ou preocupações na implementação de linguagem não binária na sala de aula

Nossa terceira pergunta de pesquisa buscava averiguar quais seriam, na visão das pessoas que participaram desse estudo, as maiores dificuldades ou preocupações relativas à implementação de uma linguagem inclusiva na sala de aula. As respostas às questões 8 e 9 no questionário nos auxiliaram a produzir uma lista que revela os obstáculos mais citados na pesquisa.

Pôde-se observar três grupos de respostas na análise das questões 8, em que pedimos para comentarem sobre a aceitação ou não da inclusão de formas não binárias à língua, e 9, em que perguntamos quais são as principais dificuldades que o uso de uma linguagem neutra em português poderia causar na prática da profissão. O primeiro grupo é composto de respostas que expressam que a incorporação de linguagem não binária em sala de aula traria pouca ou nenhuma dificuldade ou, conforme participante P51, “Nenhuma. E mesmo se causasse, nem chegaria perto [da]s dificuldades verdadeiras que as pessoas não binárias enfrentam todo dia.” Várias respostas nesse

grupo ressaltaram a importância de a língua acompanhar as mudanças na sociedade e as necessidades de falantes da língua, como se vê nos comentários a seguir.

A língua é viva e está a favor da interação das pessoas. Não são as pessoas que precisam ser [sic] dobrar a regras antigas, mas sim a linguagem que reflete as necessidades atuais da sociedade a qual pertence. (P4)

Se há uma comunidade de falantes que já as usa, elas já estão incorporadas na língua portuguesa e não requerem outra legitimação. (P45)

Outra opinião bastante recorrente entre este grupo foi a necessidade de promover inclusão e justiça social através do uso de uma linguagem inclusiva. O comentário a seguir ilustra essa opinião.

Entendo que os processos sociais de inclusão dos sujeitos historicamente marginalizados precisam ser acompanhados por mudanças na língua, que levem a mudanças nas formas de dizer sobre si, sobre o outro, mas também de atuar na sociedade. Toda mudança gera certas inseguranças, mas a afirmação de determinadas conquistas por meio de sua marcação também na língua e nos discursos é elemento fundamental, no meu ponto de vista, para processos de inclusão. (P5)

Por fim, algumas pessoas desse grupo ressaltaram a necessidade de respostas imediatas para essa questão, uma vez que ela já se afirma como uma realidade tanto na sua prática profissional quanto nas relações pessoais. As respostas de P20, P37 e P38 salientam essa necessidade.

Sim, concordo porque tenho alunos que se identificam assim e já me têm perguntado quais são os adjetivos e pronomes que se devem usar. (P20)

Como mãe de pessoa não binária, sei o quanto isso é importante para elus e considero uma modificação necessária. (P37)

Como trabalho com adolescentes aqui nos Estados Unidos, existe alunos que se identificam como uma pessoa não binária e este assunto aparece na minha sala de aula ensinando português como língua de herança e estrangeira. (P38)

O segundo grupo, menor do que o primeiro e que expressava uma visão oposta à anterior, destacou que a inclusão de linguagem não binária em sala de aula é desnecessária e/ou impraticável. O comentário de P14 expressa bem a opinião geral desse grupo:

Na língua portuguesa já existe o gênero neutro, identificado com a terminação "o", e essa questão de não binaridade imposta na língua portuguesa só tende a confundir o usuário, tanto de língua materna, quanto de língua estrangeira. Não traz benefício ao usuário geral da língua. Se é para ensinar e valorizar o que não se usa... primeiro deve-se valorizar e ensinar o que se usa: "a gente vamos", "Nóis é" e o dialeto de outros grupos. Sim, por que não dar valor à linguagem não culta que é largamente usada em língua portuguesa? A não binaridade é a exceção da exceção. A língua é a norma, não é a exceção. E quem determina as regras de uma língua são os falantes gerais da língua. Não adianta impor uma regra que só confunde e impacta a comunicação e o ensino, que já é tão sofrido. Será mais um peso para professor e

aluno e falta de uso. Respeito quem tem esse problema de identidade de gênero, mas mudar a língua por causa disso, é querer demais.

P14 continua, em resposta à Q9, que perguntava especificamente sobre dificuldades para o uso da linguagem neutra: “Se vocês sabem dos problemas e dificuldades por que insistem nisso?”. Opiniões semelhantes são expressas por P5 e P7.

Não é legível, tão pouco [sic] compreensível por todos e todas! (P5)

Não acredito que essa nomenclatura possa incluir a todos e todas! Penso que usar os dois pronomes seria o mais correto! Penso que ao usar um pronome neutro, você não se direciona a ninguém! Não aborda ninguém! (P7)

Algumas respostas nesse grupo também manifestaram contrariedade em adicionar formas à língua. O comentário de P29 representa bem esse posicionamento: “Não concordo com a mudança estrutural da língua portuguesa.” Note-se que as alterações mencionadas por Auxland (2020) e Schwindt (2020) não correspondem a uma mudança estrutural. Ao contrário, o que se argumenta é que qualquer alteração proposta deve seguir as regras estruturais do português. Sem essa condição básica não seria viável adicionar nada à língua. Porém, a condição é atendida pela terminação -e em substantivos e adjetivos (já existente em português) e por pronomes como *ile* e *elu*, o que torna possível que essas formas sejam acrescentadas, minimizando o impacto que uma língua com gênero gramatical tem em pessoas que a usam (Hord, 2016).

O terceiro grupo de respostas, que representa a maioria das opiniões coletadas nesta pesquisa, é favorável ao uso de linguagem não binária, mas salienta preocupações e obstáculos que poderiam dificultar o seu uso no ensino. As respostas mais frequentes relacionam-se à confusão ou dificuldade do ensino/aprendizado (n= 12); exigência de um período de adaptação para falantes da língua (n= 10); dificuldades na escrita (n=7); e preconceito e discriminação que o uso poderia causar (n=6). Outras respostas, menos frequentes, expressavam ainda aceitação por parte do corpo discente (n=4); necessidade de reestruturar a língua (n=3); dificuldade em convencer a comunidade escolar (n=3); ensino para nível fundamental e médio (n=2); e exclusão de pessoas binárias (n=2). Além destas, foram mencionadas uma vez as seguintes preocupações: falta de materiais; intervenção dos pais; falta de empatia; dificuldade em discernir quando é erro ou uso de linguagem não binária; estudantes usarem essa forma para não precisarem aprender a forma padrão (M/F); falta/pouco uso; ansiedade; implicações socioculturais; dificuldade para pessoas com necessidades especiais de aprendizado; não é norma/ninguém fala assim. Finalmente, seis pessoas não souberam dizer ou não responderam. De forma geral, os seguintes comentários ilustram este grupo de respostas.

Concordo que a língua seja flexível, mas reconheço a dificuldade de aplicar tais regras a uma língua com uma marcação de gênero como o português. (P30)

Se for implementada acho que todos os professores devem receber informação e training [treinamento]. (P31)

Aguardo escolhas oficiais; enquanto isso, experimento algumas das escolhas acima [ile/ elu]. (P46)

Embora bastante complicada não pode ser ignorada. (P55)

Podemos entender melhor algumas das dificuldades expressas pelas respostas neste terceiro grupo quando observamos o nível em que lecionam as pessoas que participaram da pesquisa. Como mencionado anteriormente, em resposta à questão 1 (“Em que nível você leciona?”), 42% das respostas (n=30) apontam para o trabalho com crianças e adolescentes, na pré-escola (n=3), no ensino fundamental (n=7) e no ensino médio (=20). O fato de este grupo de profissionais ter que seguir determinações que normalmente partem da direção escolar ou dos distritos/cidades/estados onde lecionam certamente impõe barreiras que podem não incidir tão fortemente sobre profissionais de graduação e pós-graduação.

Nesta seção procuramos responder à terceira pergunta que guiou o nosso estudo: Que dificuldades e/ou preocupações são observadas por profissionais em relação à implementação de linguagem não binária em sala de aula? Como pudemos observar, várias são as preocupações expressas por profissionais, da necessidade de desenvolvimento profissional à dificuldade de convencer pais de estudantes. No entanto, nota-se que a maior parte do grupo participante entende que as línguas mudam e a inclusão de formas pode fazer parte do processo de mudança linguística.

8. Implicações para o ensino e limitações do estudo

Nas respostas analisadas em relação à primeira pergunta de pesquisa, que tratava da familiaridade com não binariedade, observamos que a maioria das pessoas disse já ter ouvido falar de formas não binárias (93%) ou conhecer pessoas não binárias (75%). Para os 75% que disseram conhecer pessoas não binárias, entre elas estudantes, pode ser especialmente relevante ter acesso a formas para se referirem a essas pessoas.

Em resposta à pergunta sobre opções proporcionadas a estudantes (Q12), a maioria (91%) respondeu que perguntaria à pessoa que pronomes e formas gramaticais gostaria que fossem usados. Esta é uma postura inclusiva, já que cabe a cada pessoa se dizer e se identificar da forma que lhe aprouver. No entanto, temos que considerar a possibilidade de profissionais e educadores escolherem esta opção simplesmente por não saberem o que fazer nessas situações. Os dados da pesquisa revelam preocupação em relação à padronização de formas não binárias, às reestruturações causadas à língua portuguesa e às dificuldades que o ensino-aprendizado desse tipo de linguagem poderia causar. Tais incertezas e inseguranças podem dificultar o uso dessa linguagem na sala de aula e perpetuar, mesmo que sem intenção, a heteronormatividade presente no ensino de línguas (Arimori, 2020; Nemi Neto, 2018).

Os nossos resultados sugerem a necessidade de pesquisas especializadas e desenvolvimento de materiais para o ensino de português. Por entendermos as limitações linguísticas que nosso sistema gramatical impõe (Auxland, 2020; Schwindt, 2020), por um lado, e, por outro, a não universalidade e a flexibilidade nos processos de gramaticalização (Carvalho, 2020; Ghomeshi, 2010), destacamos a necessidade de profissionais especialistas em língua portuguesa e estudos de gênero se debruçarem sobre essa questão, tentando oferecer opções práticas para todas as pessoas que queiram adotar a linguagem não binária em suas salas de aula e em suas vidas em geral.

Os resultados deste estudo também indicam que é preciso desenvolver práticas, conferências e cursos que possam preparar profissionais para o uso de formas não binárias em língua portuguesa, atendendo à necessidade de oportunidades de desenvolvimento profissional apontada por Cahnmann-Taylor e Coda (2018). Reitera-se ainda que cursos, conferências e outros eventos de desenvolvimento profissional podem promover empatia (Macnamara et al., 2017), potencialmente facilitando a compreensão de questões que podem parecer distantes para algumas pessoas.

Entendemos que esta não se trata apenas de uma questão linguística, mas também de inclusão e justiça social. De acordo com Annamalai e Skutnabb-Kangas (2020), a educação é o meio indispensável para promover justiça social; a sala de aula é o espaço onde começamos a eliminar a iniquidade e promover diversidade, conforme sugerido por Okan (2019). Além disso, como defendem Randolph e Johnson (2017), o estudo de línguas mostra-se ideal para a criação de oportunidades transformativas. Parece fundamental, portanto, que o uso de linguagem neutra ou não binária não seja visto como modismo ou transgressão da norma, mas como um ato humano e humanitário que visa tornar a sala de aula um espaço em que todas as pessoas encontrem e possam expressar suas vozes, evitando as barreiras educacionais que o gênero equivocadamente pode causar (Enke, 2016). A língua é um espaço de identidade, agência e cidadania. Negar a certas pessoas a possibilidade de se dizerem e se apresentarem ao mundo como são é, fundamentalmente, fugir das mais importantes responsabilidades que a escola e a educação em geral impõem a educadores. Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1998, p. 3),

Cada pessoa [...] deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.

Promover, aceitar e incorporar mudanças, portanto, faz parte da natureza da nossa profissão. Algumas pessoas que participaram desta pesquisa argumentam que iniciativas inclusivas são dispensáveis por contemplarem apenas um número muito pequeno de pessoas. Vale observar que as respostas à questão 6 (Você conhece alguém que se identifique como pessoa não binária?) refutam esse argumento, já que 75% revelaram conhecer pelo menos uma pessoa não binária.

As discussões sobre formas, usos e implementação da linguagem neutra e/ou não binária poderiam gerar maior aceitação da linguagem não binária em português, como ocorreu com o sueco (Gustafsson Sendén et al., 2015; Tavits e Pérez, 2019), e a sua possível inserção em sala de aula. Muitas pessoas ainda não estão suficientemente informadas a respeito do que a proposta da implementação de linguagem não binária acarreta à língua portuguesa. Uma das respostas dadas por P27 deixa evidente a falta de esclarecimento: “Acho que não deveríamos tirar o gênero, só adicionar esse[s] gêneros como mais uma categoria”. P27, assim como outras pessoas, parece acreditar que a incorporação de formas alternativas de gênero implicaria a eliminação das formas masculinas e femininas. É preciso, pois, esclarecer, informar e desfazer ideias equivocadas a respeito deste assunto. Eventos voltados para o desenvolvimento profissional podem proporcionar oportunidades para levantamento de dúvidas, bem como discussões e explanações a respeito do uso de linguagem inclusiva. Como destacam De Tilio e Vieira (2021), o entendimento do papel da linguagem é essencial a esforços de inclusão.

Este estudo, como outros, teve limitações, algumas das quais podem ser tratadas em pesquisas futuras. O número de participantes pode ser maior e mais diverso, incluindo mais profissionais atuando em níveis distintos (para que não haja uma clara maioria em um nível) e

possivelmente abrangendo profissionais em diferentes pontos do planeta. Além disso, entrevistas com participantes podem permitir o desenvolvimento de ideias que talvez tenham sido restritas no questionário por questões de espaço.

9. Conclusão

Não se pode ignorar a opinião de pessoas que se dizem resistentes à adoção da linguagem inclusiva por não haver ainda a “oficialização”, “padronização” ou incorporação dessas formas na língua padrão, ou daquelas que argumentam que essa linguagem ainda não é usada pela maioria das pessoas. Inclusão e justiça social, no entanto, devem fazer parte dos nossos currículos e das discussões em nossos ambientes escolares (Annamalai e Skutnabb-Kangas, 2020; Okan, 2019; Peters, 2020; Randolph e Johnson, 2017). É possível que, em breve, formas inclusivas de linguagem se tornem uma opção em instituições escolares, como já ocorreu em algumas escolas em países lusófonos. Em várias universidades e escolas estadunidenses é possível escolher não apenas os pronomes preferenciais (*he, she, they*), mas também nomes diferentes daqueles dos registros de nascimento.

Pesquisas e discussões como a que propomos aqui visam dar continuidade às discussões sobre linguagem inclusiva à luz de dados concretos. É necessário que haja mais estudos, materiais e debates a respeito desse assunto se quisermos implementar uma linguagem mais inclusiva em nossas salas de aula. Embora as dificuldades existam, elas são minimizadas pela gratificação que a segurança e o sentimento de pertencimento criam para todas as pessoas de uma turma.

Para aquelas pessoas que querem começar a praticar o uso de formas inclusivas, sugerimos em primeiro lugar que criem um espaço seguro em que estudantes, colegas e outras pessoas possam dizer como querem ser identificadas. Formulários no início de cada ano letivo ou semestre podem ser boas opções. Observe-se, no entanto, que existe quem não se sinta confortável em expressar sua identidade de gênero nem quando alternativas como essas são apresentadas. Incluir um pequeno parágrafo na descrição do curso dizendo que os nomes e pronomes serão respeitados (e usados) naquela sala de aula é outra alternativa que se mostra eficiente para criar um ambiente de respeito e segurança para todas as pessoas. Acostumar-se ao uso de uma linguagem inclusiva exige, sem dúvida, prática. No entanto, o uso dessa linguagem pode ser menos difícil do que parece: você acaba de ler um texto que usa apenas linguagem neutra.

Referências

- Almeida, G. C. (2020). *Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa*. ResearchGate. https://www.researchgate.net/publication/341736329_Manual_para_o_uso_da_linguagem_neutra_em_Lingua_Portuguesa
- Annamalai, E., e Skutnabb-Kangas, T. (2020). Social justice and inclusiveness through linguistics human rights in education. Em A. C. Schalley e S. A. Eisenclas (orgs.). *Handbook of home language maintenance and development* (pp. 377-400). DeGruyter.
- Arimori, J. (2020). Toward more inclusive Japanese language education: Incorporating an awareness of gender and sexual diversity among students. *Japanese Language and Literature*, 54(2), 359-371.
- Auxland, M. (2020). Para todes: A case study on Portuguese and gender-neutrality. *Journal of Languages, Texts and Society*, 4, 60-83. Acessado em 17 de agosto, 2022 em <https://www.nottingham.ac.uk/research/groups/languagestextssociety/documents/lts->

[journal/issue-4/lts-issue-4-article-auxland.-m.-para-todes-a-case-study-on-portuguese-and-gender-neutrality.pdf](https://www.aotpt.org/journal/issue-4/lts-issue-4-article-auxland.-m.-para-todes-a-case-study-on-portuguese-and-gender-neutrality.pdf).

- Barbosa Filho, F. R. (2022). Projetos de lei contrários à “linguagem neutra” no Brasil. Em F. R. Barbosa Filho e G. A. Othero (orgs.), *Linguagem “neutra”: Língua e gênero em debate* (pp. 141-160). Parábola.
- Cahmann-Taylor, M., e Coda, J. (2018). Troubling normal in world language education. *Critical Inquiry in Language Studies*, 16(2), 1-23.
- Câmara Jr., J. M. (1970). *Estrutura da língua portuguesa*. Vozes.
- Carvalho, D. (2020). As genitálias da gramática. *Revista da ABRALIN*, 19(1), 1-21. Acessado em 17 de agosto, 2022 em <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1693>.
- Cavalcante, S. (2022). A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível da consciência. Em F. R. Barbosa Filho e G. A. Othero (orgs.), *Linguagem “neutra”: Língua e gênero em debate* (pp. 73-93). Parábola.
- Corbett, G. G. (2013). Systems of gender assignment. Em M. S. Dryer e M. Haspelmath (orgs.). *The world atlas of language structures online*. Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. Acessado em 17 de agosto, 2022 em <http://wals.info/chapter/32>.
- DeFranza, D., Mishra, H., e Mishra, A. (2020). How language shapes prejudice against women: An examination across 45 world languages. *Journal of Personality and Social Psychology: Attitudes and Social Cognition*, 119(1), 7-22.
- De Tilio, R., e Vieira, M. P. P. (2021). Sistemas de linguagens não binárias de gênero e sexualidade. *Revista DisSoL-Discurso, Sociedade e Linguagem*, 13, 42-53.
- Enke, A. F. (2016). Stick figures and little bits. Toward a nonbinary pedagogy. Em Y. Martínez-San Miguel e S. Tobias (orgs.). *Trans studies: The challenge to hetero/homo normativities* (pp. 215-229). Rutgers University Press.
- Ghomeshi, J. (2010). *Grammar matters: The social significance of how we use language*. Arbeiter Ring.
- Gustaffson Sendén, M., Bäck, E., e Lindqvist, A. Introducing a gender-neutral pronoun in a natural gender language: The influence of time on attitudes and behavior. *Frontiers in Psychology*, 6, artigo 893. Acessado em 17 de agosto, 2022 em <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2015.00893/full>.
- Hord, L. C. R. (2016). Bucking the linguistic binary: Gender neutral language in English, Swedish, French, and German. *Western Papers in Linguistics / Cahiers Linguistiques de Western*, 3(1), 1-26.
- Li, Q., e Flores, C. M. M. (2019). Conhecimento implícito e explícito da flexão nominal e verbal em português língua não materna um estudo sobre aprendentes chineses. *Diacrítica*, 33(2), 252-277. Acessado em 17 de agosto, 2022 em <https://doi.org/10.21814/diacritica.423>
- Macnamara, J., Glann, S., e Durlak, P. (2017). Experiencing misgendered pronouns: A classroom activity to encourage empathy. *Teaching Sociology*, 45(3), 269-278.
- Nações Unidas (s/d). Guidelines for genderinclusive language in English. Acessado em 17 de agosto, 2022 em <https://www.un.org/en/gender-inclusive-language/guidelines.shtml>
- Nemi Neto, J. (2018). Queer pedagogy: Approaches to inclusive teaching. *Policy Futures in Education*, 0(0), 1-16.
- Okan, Z. (2019) Language and social justice. Em R. Papa (org.), *Handbook on promoting social justice in education* (pp. 1-16). Springer.
- Peters, H. (2020). Gender-inclusivity and gender-neutrality in foreign language teaching: The case of French. *Australian Journal of Applied Linguistics*, 3(3), 183-195.
- Possenti, S. (2022). O gênero e o gênero. Em F. R. Barbosa Filho e G. A. Othero (orgs.), *Linguagem “neutra”: Língua e gênero em debate* (pp. 17-36). Parábola.

- Prewitt-Freilino, J. L., Caswell, T. A., e Laakso, E. K. (2012). The gendering of language: A comparison of gender equality in countries with gendered, natural gender, and genderless languages. *Sex Roles*, 66, 268-281.
- Randolph, L. J., Jr., e Johnson, S. M. (2017). Social justice in the language classroom: A call to action. *Dimension*, 52, 99-121. Acessado em 17 de agosto, 2022 em https://www.scolt.org/wp-content/uploads/2019/08/1_Social-Justice_Randolph_2.pdf
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Schwindt, L. C. (2020). Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da ABRALIN*, 19(1), 1-23. Acessado em 17 de agosto, 2022 em <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1709>
- Silva, P. C. G., e Sousa, A. P. de (2017). Língua e sociedade: influências mútuas no processo de construção sociocultural. *Revista Educação e Emancipação*, 10(3), 260-285.
- Tavits, M., e Pérez, E. (2019). Language influences mass opinion toward gender and LGBT equality. *PNAS*, 116(34), 16781-16786.
- Thomas-Reid, M. (2018). Queer pedagogy. *Oxford encyclopedia of education*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.405>
- UNESCO (1998). Declaração mundial sobre educação para todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, 1990. UNESCO Brasília. Acessado em 17 de agosto, 2022 em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por
- Vergoosen, H. P., Renström, E.A., Lindqvist, A., e Gustafsson Sendén, M. (2020). Four dimensions of criticism against gender-fair language. *Sex Roles*, 83, 328-337.
- Witcher, T. L. (2014). *Finding the "T" in LGBTQ: ESL educator perceptions of transgender and non-binary gender topics in the language classroom* [Dissertação de mestrado, Western Kentucky University]. Digital Commons.

Apêndice: Questionário utilizado na pesquisa

1. Em que nível você leciona?
 - a. Pré-escola (preschool)
 - b. Ensino fundamental (elementary school)
 - c. Ensino médio (high school)
 - d. Graduação (undergraduate)
 - e. Pós-graduação (graduate)
 - f. Escola de português (Portuguese school)

2. Qual seu nível de especialização?
 - a. Ensino médio
 - b. Graduação
 - c. Especialização (pós-graduação)
 - d. Mestrado
 - e. Doutorado
 - f. Pós-doutorado

3. Qual das opções melhor descreve sua atuação no campo profissional? (Marque quantas forem necessárias)
 - a. Professor(a) de português como língua materna em país de língua oficial portuguesa
 - b. Professor(a) de português como língua adicional em país de língua oficial portuguesa
 - c. Professor(a) de literatura e/ou cultura brasileira em país de língua oficial portuguesa
 - d. Professor(a) de literatura e/ou cultura brasileira em país não lusófono
 - e. Professor(a) de português como língua adicional em país não lusófono
 - f. Professor(a) de português como língua de herança em país não lusófono
 - g. Professor(a) de linguística em país de língua oficial portuguesa
 - h. Professor(a) de linguística em país não lusófono
 - i. Professor(a) de estudos relacionados à linguagem em país de língua oficial portuguesa
 - j. Professor(a) de estudos relacionados à linguagem em país não lusófono
 - k. Professor(a) de disciplinas relacionadas a questões de gênero, inclusão e diversidade (em país de língua oficial portuguesa)
 - l. Professor(a) de disciplinas relacionadas a questões de gênero, inclusão e diversidade em país não lusófono

4. Você já ouviu falar nas expressões “linguagem neutra”, “linguagem não-binária” ou “linguagem inclusiva” (em inglês ou português)?
 - a. Sim
 - b. Não

5. Se marcou "sim" na questão 4, por favor indique em que contexto (exemplos: música, filme, blog, conversa com amigos, reportagem, etc.).

6. Você conhece alguém que se identifique como pessoa não-binária?
 - a. Sim

- b. Não
7. A neutralização do gênero em português exigiria a modificação de alguns padrões gramaticais, principalmente no que diz respeito ao gênero gramatical de substantivos e adjetivos (exemplo: amigue x amigo x amiga), à concordância de gênero (exemplo: mis amigas x meus amigos x minhas amigas) e uso de pronomes (exemplo: elu/ile x ele x ela). Você concordaria que modificações como as acima listadas fossem incorporadas à língua portuguesa?
- Sim
 - Não
8. Por favor, comente a sua resposta anterior.
9. Na prática da sua profissão, quais são as principais dificuldades que o uso de uma língua neutra em português poderia causar?
10. Se você tivesse acesso a um material elaborado por especialistas em língua portuguesa e em estudos de gênero, você se sentiria à vontade para usar a linguagem neutra na sua sala de aula?
- Sim
 - Não
 - Talvez
11. Por favor, comente a sua resposta.
12. Se uma pessoa no seu grupo de estudantes se identificasse como uma pessoa não-binária, que alternativas você daria a essa pessoa? Marque todas as alternativas que se aplicariam ao seu caso.
- Diria que não existe uma forma neutra reconhecida pela gramática da língua portuguesa e pediria para a pessoa utilizar o gênero masculino ou feminino.
 - Pediria para a pessoa determinar os pronomes e formas gramaticais que gostaria que fossem usados e me referiria a essa pessoa usando as formas indicadas.
 - Faria uma pesquisa on-line e ofereceria opções de uso.
 - Levaria a questão para alguém num cargo superior na sua instituição (como supervisores, chefes, coordenadores, etc.).
 - Outra (explique, por favor)
13. Caso queira, comente sua resposta anterior.
14. De forma geral, você concordaria em usar a linguagem neutra em português?
- Sim
 - Não
 - Talvez
15. Por favor, comente a sua resposta.
16. Se desejar, adicione outros comentários referente a esse assunto.

